

**2º SEMINÁRIO NACIONAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO  
ÁREA TEMÁTICA: PLANEJAMENTO TERRITORIAL, POLÍTICAS PÚBLICAS.**

**A UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL COMO FATOR DECISIVO  
PARA O DESENVOLVIMENTO DA MESORREGIÃO GRANDE FRONTEIRA DO  
MERCOSUL**

**Me. Stefano Moraes Demarco**

Universidade Comunitária da Região de Chapecó

**Prof. Dr. Claudio Machado Maia**

Universidade Comunitária da Região de Chapecó

**Resumo**

Este estudo procura descrever o encadeamento das políticas públicas federais que possibilitaram a expansão das universidades federais, democratizando o acesso ao ensino superior com a possibilidade de interiorização da oferta deste serviço, contemplando a Mesorregião Grande Fronteira do MERCOSUL. Desta forma verifica-se a Universidade Federal da Fronteira Sul, a mesorregião onde ela está inserida e os possíveis impactos ocasionados, para o desenvolvimento mesorregional, com a implantação de uma instituição com estas características.

**Palavras-chave:** Educação superior. Expansão universitária. Desenvolvimento Mesorregional. UFFS.

**Abstract**

The study sought describe the sequence of the federal public policies that enabled the expansion of the federal universities democratizing the Access to higher education, because of the possibility of interiorisation the offer of this service, contemplating the Mesoregion Grande Fronteira do MERCOSUL. There is the Universidade Federal da Fronteira Sul, the mesoregion where it is inserted and the possible impacts incurred for mesoregion development of an institution with these characteristics.

**Keywords:** Higher education. University expansion. Mesoregion development. UFFS

## 1 Introdução

As ações realizadas pelo Estado, em forma de políticas públicas, visam atender a um somatório de segmentos da sociedade, almejando o bem comum. Deve-se também visualizar que o Estado deve planejar a propulsão do desenvolvimento econômico, gerando emprego, renda, tecnologia entre outros benefícios, que, certamente, só poderão ser atingidos com o investimento em educação, neste caso específico, educação superior.

A expansão do ensino superior implementada no Brasil, a partir de 2008, através do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)<sup>1</sup>, representando uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)<sup>2</sup>, busca ampliar o acesso e a permanência na educação superior, haja vista, que a atual oferta de vagas está muito aquém das metas traçadas pelo Plano Nacional de Educação (PNE)<sup>3</sup> 2001-2010 (BRASIL, 2007, p.4).

Com a expansão e interiorização da educação superior pública, a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) é concebida com 5 (cinco) *Campi*, localizados nas cidades de Erechim (RS), Cerro Largo (RS), Laranjeiras do Sul (PR), Realeza (PR) e Chapecó (SC) - posteriormente foi implantado o *Campus* na cidade de Passo Fundo (RS) -. Em decorrência dessa possibilidade, idealizada pela organização dos movimentos sociais e das lideranças políticas e comunitárias da Mesorregião Grande Fronteira do MECOSUL e seu entorno, nasce a UFFS.

O processo de descentralização da gestão da educação superior coloca possibilidades e desafios que devem ser assumidos de forma solidária. Os diferentes contextos dos municípios e regiões, com as suas particularidades, exigem políticas públicas capazes de responder adequadamente às diversas necessidades advindas dessa diversidade.

A gestão pública, como instrumento de ação política, deve buscar sempre a construção de uma sociedade mais equitativa e democrática (FELICETTI; MOROSINI, 2009, p.13). Estabelecendo uma política de expansão do ensino superior que contribuía para a diminuição da desigualdade das diferentes regiões do país (BRASIL, 2001).

<sup>1</sup> BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.

<sup>2</sup> BRASIL. Ministério da Educação. **O Plano de desenvolvimento da educação: razões, princípios e programas.** Brasília, 2007.

<sup>3</sup> Política nacional de expansão da educação superior pública, pela qual o Ministério da Educação (MEC) cumpre o papel atribuído pelo Plano Nacional de Educação (PNE) (Lei nº 10.172/2001).

Para descrever as informações referentes à política pública que culminou com a implantação desta nova instituição da Mesorregião Grande Fronteira do MERCOSUL, foi aplicado a pesquisa exploratória, que proporciona maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito, ao utilizá-la, permite-se a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social. Esta modalidade contempla a busca de informações na literatura científica e a comparação com a realidade observada (GIL, 2010, p. 27). Como hipóteses condutoras desta reflexão, adotam-se a importância da instalação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) nesta região, assim como a existência da necessidade local para implantação de uma instituição com essas características. Esta pesquisa exploratória empregou os métodos bibliográficos e documentais para atingir os seus objetivos.

## 2 Política pública de educação superior

O desenvolvimento de uma nação perpassa, obrigatoriamente, pelo aperfeiçoamento do sistema de educação superior, resultando, no investindo em ensino, pesquisa e extensão, para a formação de profissionais qualificados e atendimento a toda uma sociedade, o que é ainda mais representativo, em uma mesorregião que não possuía uma assistência de ensino superior do Governo Federal, em relação à instituição com estas características.

À União atribui-se historicamente o papel de atuar na educação superior, função prevista na Carta Magna. As instituições públicas deste nível de ensino não podem prescindir do apoio do Estado. As universidades públicas têm um importante papel a desempenhar no sistema, seja na pesquisa básica e na pós-graduação *stricto sensu*, seja como padrão de referência no ensino de graduação. Além disso, cabe-lhe qualificar os docentes que atuam na educação básica e os docentes da educação superior que atuam em instituições públicas e privadas, para que se atinjam as metas previstas na LDB quanto à titulação docente (BRASIL, 2001).

Para imprimir esta característica, desenvolvendo um padrão de qualidade, a União, através do Ministério da Educação, propõe a gestão de uma gama de Instituições de Ensino Superior, que dão a contribuição para a sociedade, formando profissionais qualificados, desenvolvendo tecnologia e, sobretudo, formando cidadãos.

O sistema de educação superior deve contar com um conjunto diversificado de instituições que atendam a diferentes demandas e funções. Seu núcleo estratégico há de ser composto pelas universidades, que exercem as funções que lhe foram atribuídas pela Constituição: ensino, pesquisa e extensão. Esse núcleo estratégico tem como missão contribuir para o desenvolvimento do País e a redução dos desequilíbrios regionais, nos marcos de um projeto nacional. As universidades

constituem, a partir da reflexão e da pesquisa, o principal instrumento de transmissão da experiência cultural e científica acumulada pela humanidade. Nessas instituições apropria-se o patrimônio do saber humano que deve ser aplicado ao conhecimento e desenvolvimento do País e da sociedade brasileira. A universidade é, simultaneamente, depositária e criadora de conhecimentos (BRASIL, 2001).

Portanto, salienta-se a importância de estudos a fim de levantar os impactos ocasionados pela implantação da UFFS na Mesorregião Grande Fronteira do MERCOSUL, proporcionada pela política pública federal de expansão do ensino superior, buscando mensurar o desenvolvimento Mesorregional.

Há de se reconhecer que o Estado é um grande prestador de serviços fundamentais para a sociedade, sendo que os mesmos impactam no cotidiano do cidadão. Mas se existisse a possibilidade de destacar alguma atividade de responsabilidade pública, o serviço de educação teria a sua evidência, pelo modo que propulsa o desenvolvimento e formação de uma nação.

Corroborando com esta afirmação, entre os preceitos da Constituição Federal de 1988, que é dever do Estado, garantir, entre outros, o acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um (BRASIL, 1988).

Para tanto, há pelo Governo Federal, um aporte, cada vez maior, de investimento nos serviços da área da educação, neste caso específico, na educação de nível superior, com a política de expansão do ensino superior e produção de conhecimento. Haja vista que grande parte do tripé da educação – ensino, pesquisa e extensão – é ofertado pelo Estado, como se pode observar pelas diretrizes gerais do REUNI em que enfatizam a importância da produção do conhecimento em nível nacional nas instituições públicas.

A comunidade científica do país produziu 1,92% dos trabalhos científicos publicados no mundo inteiro, ao mesmo tempo em que 93% dos programas de pós-graduação estão concentrados em universidades públicas, responsáveis por 97% da produção científica do país. Enfim, os dados indicam que a pesquisa desenvolvida no país encontra-se fortemente concentrada nas instituições públicas, o que é consistentemente reconhecido pelas diversas dimensões do sistema nacional de avaliação (BRASIL, 2007, p.7).

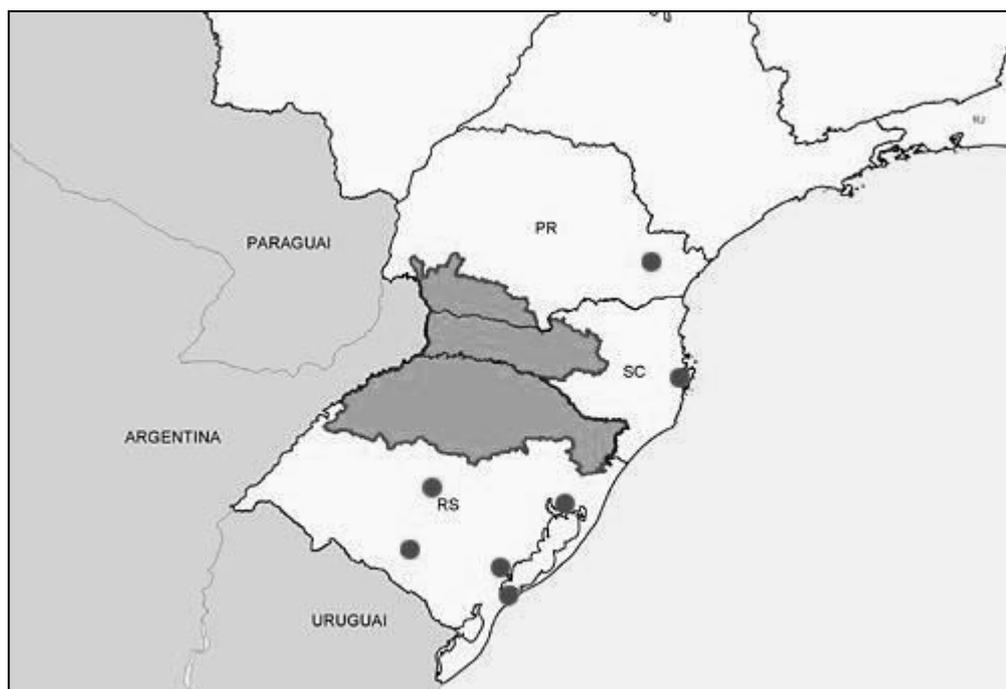
Portanto, o serviço público na área da educação consiste em uma utilidade de benefício coletivo, uma vez que não beneficia apenas os alunos regularmente matriculados nas Instituições de Ensino Superior, e sim toda a sociedade brasileira, devido às suas externalidades positivas.

Ademais, menciona-se o fato que as universidades federais mais próximas, da Mesorregião Grande Fronteira do MERCOSUL, advindas do Rio Grande do Sul são a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Universidade Federal de Santa

Maria (UFSM), localizadas, respectivamente em Porto Alegre e Santa Maria, que se encontram aproximadamente a 400 km de Erechim (RS), já em Santa Catarina havia uma única universidade federal, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), localizada aproximadamente a 540 km de Chapecó (SC) e no Paraná a Universidade Federal do Paraná (UFPR), situada em Curitiba (PR), que está aproximadamente a 370 km de Laranjeiras do Sul (PR).

Para tanto, a Figura 1, comprova, até a implantação da UFFS, que a Mesorregião Grande Fronteira do MERCOSUL, não possuía uma única Universidade Federal. Esta realidade contribuiu para o deslocamento populacional da Mesorregião para outras regiões, principalmente, para a litoralização populacional. Este fenômeno reduz as forças produtivas locais e o desenvolvimento endógeno (UFFS, 2012, p.26/27).

Figura 1 – IFES na Região Sul



Fonte: UFFS (2012, p.27).

Cientes destes fenômenos migratórios, principalmente o da litoralização da população, em busca de formação profissional, impactando no desenvolvimento regional, iniciou-se um processo reivindicatório, em busca de uma formação de profissionais voltados a atender às necessidades da Mesorregião Grande Fronteira do MERCOSUL, garantindo a permanência dos cidadãos graduados, a

qualificação profissional, o acesso à educação superior e a inclusão social e, em médio prazo, a integração das cidades e estados que compõem a Grande Fronteira do MERCOSUL e seu entorno.

### **3 A Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul**

O Brasil, um país com dimensões continentais, é reconhecido pela sua diversidade geográfica, étnica e cultural, mas, sobretudo, uma diversidade social e econômica preocupantes, dados os indicadores de concentração de renda e desigualdades regionais, que ainda se apresentam como desafios à sociedade brasileira na mitigação destas diferenças. Sendo assim, concebida pelo Ministério da Integração Nacional, foi implantada a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), para proporcionar ferramentas e instrumentos para o desenvolvimento regional, com uma inserção social e econômica, valorizando o potencial endógeno, de uma determinada mesorregião, para obter impactos sociais e, de modo geral, importância no cenário nacional (BRASIL, 2009, p.5).

Seguindo as diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), que visa dirimir substancialmente as desigualdades regionais, foi implementado o Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais (PROMESO), com o intuito reafirmar os potenciais endógenos das mesorregiões diferenciadas.

As Mesorregiões Diferenciadas são espaços contínuos, formados por territórios de uma ou mais Unidades da Federação, o que as tornam distintas das mesorregiões adotadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que são desenhadas como base nas fronteiras estaduais. Embora possam abranger territórios de mais de um estado, as Mesorregiões Diferenciadas são menores que as Macrorregiões determinadas IBGE. Como consequência, as Mesorregiões Diferenciadas são formadas por territórios e municípios que apresentam identidades físicas, econômicas, sociais e culturais e permitem a configuração de um arranjo político-institucional com participação da sociedade civil, num processo de busca de coordenação e efetividade das ações territoriais das políticas públicas de diferentes esferas de poder. Com o intuito de contribuir para a redução das desigualdades regionais e para a promoção de dinâmicas mais inclusivas de desenvolvimento, esse arranjo político-institucional tem o papel de definir de forma participativa os objetivos específicos e identificar as potencialidades a serem fortalecidas e as vulnerabilidades a serem dirimidas. A ênfase inicial foi dada, a partir da necessidade de organização e de capacitação da sociedade nesses espaços para o encaminhamento de suas demandas, aproveitando toda a experiência acumulada pelas sub-regiões brasileiras (BRASIL, 2009, p.10).

Esta Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) proporcionou treze mesorregiões, distribuídas pelo território nacional, sendo elas: Alto do Solimões, Vale do Rio Acre, Bico do Papagaio, Seridó, Chapada das Mangabeiras, Chapada do Araripe, Xingó, Vale do Jequitinhonha/Mucuri, Itabapoana, Vale do Ribeira/Guaraqueçaba, Águas Emendadas, Grande Fronteira do MERCOSUL e Metade Sul do Rio Grande do Sul.

Com estas prerrogativas, surgiu a Mesorregião Grande Fronteira do MERCOSUL, através da criação do Fórum de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião da Grande Fronteira do MERCOSUL, com os principais projetos, tais como de Fortalecimento de agroindústrias familiares; Desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local (APL) de móveis; Sinalização turística na região das missões jesuíticas; Fortalecimento da piscicultura; Fortalecimento da viticultura; Lapidação e artesanato mineral e; Apoio ao setor lácteo (BRASIL, 2013, p.1). Tendo como propósito de reduzir as desigualdades regionais e de ativar os potenciais de desenvolvimento desta região, explorando as particularidades locais (BRASIL, 2013, p.1-2).

A Mesorregião Grande Fronteira do MERCOSUL é composta pelo sudoeste do Paraná, oeste de Santa Catarina e o norte do Rio Grande do Sul, abrangendo 396 municípios, sendo 223 no norte do Rio Grande do Sul, 131 no oeste de Santa Catarina e 42 no sudoeste do Paraná com área total estimada de 139 mil quilômetros quadrados e população de aproximadamente quatro milhões de habitantes. Apesar de esta mesorregião ter uma ocupação considerada antiga, o seu contingente de urbanização é relativamente baixo, em comparação com o resto do país, em torno de 65%, sendo que, apresenta uma parcela significativa da população na zona rural (MESOMERCOSUL, 2013).

Para Damo (2006, p.97) a mesorregião possui identidade histórica própria, forjada desde a chegada dos imigrantes na Região Sul, sobretudo o Rio Grande do Sul, quando houve necessidade das famílias agirem em conjunto, a favor de seus interesses individuais e coletivos. Outro fator determinante na identidade mesorregional é a inserção nas Bacias Hidrográficas do Rio Uruguai (contemplando municípios gaúchos e catarinenses) e do Rio Paraná (contemplando municípios paranaenses), com semelhanças físicas e sócio-econômicas que reforçam sua identidade histórica e cultural (SOLDI *et al*, 2007, p.17-18).

Para o seu desenvolvimento, a mesorregião, apresenta tradição do associativismo, entretanto, destaca-se alguns entraves para o crescimento, como: a grande dificuldade dos municípios pequenos, isoladamente, terem acesso a recursos financeiros e humanos qualificados; a escassez de recursos voltados para o desenvolvimento das regiões; a necessidade de uma gestão eficiente que potencialize os recursos disponíveis; a crescente perda de dinamismo da economia regional, frente ao contexto de globalização e competitividade; a dificuldade de inserção da pequena propriedade rural no mercado e as precárias condições de moradia de parcela significativa da população, com deficiências de

saneamento básico, acesso à saúde e educação. Como consequência dos fatores elencados, advém a baixa capacidade de absorção de mão de obra e a retenção da população, gerando êxodo rural e emigração regional (MESOMERCOSUL, 2013).

Desta forma, a implantação de uma universidade federal, configura-se como um programa público de relevância, pois, proporciona-se à formação de capital social e à geração de ciência e tecnologia, impactando no processo de desenvolvimento mesorregional (SOLDI *et al*, 2007, p.19).

Para Kraemer (2006, p.16) a universidade é, dentre as várias instituições formais, aquela à qual compete ministrar o mais elevado grau de ensino, o superior, ou seja, o da educação para máxima capacitação e qualificação dos seus cidadãos na resolução e antecipação dos problemas que mais os afetam. E para cumprir esta missão, a universidade busca incessantemente as raízes e soluções desses problemas, por meio da investigação e do desenvolvimento de metodologias e ferramentas novas.

#### **4 A Universidade Federal da Fronteira Sul**

A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) é uma instituição de ensino superior pública e popular. Criada pela Lei nº 12.029, de 15 de setembro de 2009, abrange os 396 municípios da Mesorregião Grande Fronteira MERCOSUL – Sudoeste do Paraná, Oeste de Santa Catarina e Noroeste do Rio Grande do Sul. Foi constituída com cinco *Campi*: Chapecó (SC), sede da instituição; Realeza e Laranjeiras do Sul (PR); Cerro Largo e Erechim (RS), no ano de 2013, foi implantado o *Campus* na cidade de Passo Fundo (RS), ofertando o curso de Medicina. As suas atividades acadêmicas se iniciaram com a proposta de 33 cursos, tendo 42 turmas ingressantes anualmente. A universidade prevê ter 10 mil alunos nos primeiros cinco anos. Os cursos de graduação oferecidos privilegiam as vocações da economia regional – visando o desenvolvimento regional integrado, pela valorização e superação da matriz produtiva - e estão em consonância com a Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação (MEC) (UFFS, 2013).

Portanto, a UFFS é uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação, com autonomia didática científica, administrativa, de gestão patrimonial e financeira, nos termos da Lei de sua criação e de seu Estatuto.

Sendo assim, no dia 29 de março de 2010, iniciou-se o primeiro semestre letivo, nos cinco *Campi* originalmente previstos, compreendendo os primeiros 2.160 alunos selecionados através da sua classificação no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) de 2009, contemplados com uma

proposta de universidade popular, diferenciada, em que a UFFS apresenta como norte, no seu planejamento estratégico, a Missão de:

- Assegurar o acesso à educação superior como fator decisivo para o desenvolvimento da Mesorregião Grande Fronteira do MERCOSUL, a qualificação profissional e a inclusão social;
- Desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão buscando a interação e a integração das cidades e estados que compõem a Grande Fronteira do MERCOSUL e seu entorno;
- Promover o desenvolvimento regional integrado — condição essencial para a garantia da permanência dos cidadãos graduados na Mesorregião Grande Fronteira do MERCOSUL e a reversão do processo de litoralização hoje em curso;

Para alcançar a missão traçada, a instituição cunhou como característica ser uma universidade Pública e Popular, de qualidade, comprometida com a formação de cidadãos conscientes e comprometida com o desenvolvimento sustentável e solidário da Região Sul do País. Democrática, autônoma, que respeite a pluralidade de pensamento e a diversidade cultural, com garantia de espaços de participação dos diferentes sujeitos sociais. Devendo estabelecer dispositivos de combate às desigualdades sociais e regionais, incluindo condições de acesso e permanência no ensino superior, especialmente da população mais excluída do campo e da cidade. Tendo na agricultura familiar um setor estruturado e dinamizador que tenha como premissa a valorização e a superação da matriz produtiva do país (UFFS, 2013).

Evidencia-se que todos estes dispositivos legais criaram um arcabouço para que a UFFS possa atuar de maneira diferenciada das demais Instituições de Ensino Superior, de modo que tenha o seu foco na assistência de uma camada da comunidade que não tinha acesso ao ensino superior, com o seu sistema de ingresso que privilegia aos mais necessitados e suas ações afirmativas de manutenção do acadêmico.

E para assistir a esta demanda de estudantes egressos do ensino médio e concretizar a política pública implementada, foi alocado, a despeito de um planejamento para pesquisa e extensão, distribuídos nos *Campi* da UFFS, vinte cursos de graduação nas Modalidades de Licenciatura e Bacharelado. No Quadro 1, verifica-se os cursos ofertados na Modalidade de Bacharelado.

Quadro 1 – Cursos Ofertados na Modalidade de Bacharelado

<b>CURSO</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>	<b>DURAÇÃO</b>	<b>VAGAS ANUAIS</b>	<b>CAMPUS</b>
<b>Administração</b>	3.270 horas	09 semestres para período diurno 10 semestres para período noturno	100	Chapecó
<b>Administração</b>	3.390 horas	08 semestres em período integral	55	Cerro Largo
<b>Arquitetura e Urbanismo</b>	4.020 horas	10 semestres em período integral	50	Erechim
<b>Agronomia (Ênfase em Agroecologia)</b>	4.515 horas	10 semestres em período integral	200	Cerro Largo (50 vagas) Erechim (50 vagas) Laranjeiras do Sul (50 vagas) Chapecó (50 vagas)
<b>Ciências da Computação</b>	3.090 horas	08 semestres no período matutino 10 semestres no período noturno	100	Chapecó
<b>Ciências Econômicas</b>	3.330 horas	08 semestres no período matutino 09 semestres no período noturno	58	Laranjeiras do Sul
<b>Enfermagem</b>	4.395 horas	10 semestres em período integral	40	Chapecó
<b>Engenharia Ambiental e Energias Renováveis</b>	4.230 horas	10 semestres em período integral	150	Cerro Largo (50 vagas) Chapecó (50 vagas) Erechim (50 vagas)
<b>Engenharia de Alimentos</b>	4.470 horas	11 semestres em período integral	50	Laranjeiras do Sul
<b>Engenharia de Aquicultura</b>	3.765 horas	10 semestres em período integral	50	Laranjeiras do Sul
<b>Nutrição</b>	3.990 horas	10 semestres em período integral	40	Realeza
<b>Medicina Veterinária</b>	4.860 horas	11 semestres em período integral	50	Realeza

Fonte: UFFS (2012, p.59-60).

Sendo assim, dentro dos princípios sólidos da UFFS, oferta-se uma formação voltada ao mercado de trabalho, habilitando o Bacharel a exercer uma atividade profissional na sua área de conhecimento, visando o desenvolvimento agregado da Região Oeste de Santa Catarina, Sudoeste do Paraná e Noroeste do Rio Grande do Sul.

No ano de 2013, foi agregado aos Cursos da Modalidade de Bacharelado, o Curso de Medicina, no *Campus* Passo Fundo (RS), ofertando 40 vagas, com entrada anual, turno integral e uma carga horária total de 8.280 horas (BRASIL, 2012, p.51).

O acesso à educação superior, por meio da expansão das universidades federais, oferece oportunidades de especialização profissional, desenvolvimento tecnológico e científico consolidado, traduzindo à sociedade a garantia ao ensino público, gratuito e de qualidade (UFFS, 2012, p.34).

A oferta de cursos na Modalidade de Licenciatura vem ao encontro dos objetivos estipulados pelo Plano Nacional da Educação (PNE), Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que convergem com o objetivo de ampliar a oferta de vagas de Cursos de Licenciatura, com vistas a aprimorar a formação acadêmica do professor, para sua qualificação no magistério. Para tanto, distribuídos em todos os seus *Campi*, com exceção ao *Campus* Passo Fundo (RS), a UFFS disponibiliza o montante de 1.230 vagas de formação específica de nível superior em Licenciatura. No Quadro 2, verifica-se os cursos ofertados na Modalidade de Licenciatura.

Quadro 2 – Cursos Ofertados na Modalidade de Licenciatura

<b>CURSO</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>	<b>DURAÇÃO</b>	<b>VAGAS ANUAIS</b>	<b>CAMPUS</b>
<b>Ciências: Biologia, Física e Química</b>	4.770 horas	11 semestres no período noturno	300	Realeza (150 vagas) Cerro Largo (150 vagas)
<b>Interdisciplinar em Educação no Campo</b>	3.405 horas	09 semestres em período diurno e noturno	60	Laranjeiras do Sul
<b>Filosofia</b>	3.075 horas	08 semestres no período matutino 09 semestres no período noturno	150	Chapecó (100 vagas) Erechim (50 vagas)
<b>História</b>	3.030 horas	09 semestres no período matutino 10 semestres no período noturno	150	Chapecó (100 vagas) Erechim (50 vagas)
<b>Geografia</b>	3.225 horas	08 semestres no período matutino 09 semestres no período noturno	150	Chapecó (100 vagas) Erechim (50 vagas)
<b>Ciências Sociais</b>	3.285 horas	08 semestres no período matutino 09 semestres no período noturno	150	Chapecó (100 vagas) Erechim (50 vagas)
<b>Pedagogia</b>	3.375 horas	09 semestres no período matutino 10 semestres no período noturno	150	Chapecó (100 vagas) Erechim (50 vagas)
<b>Letras: Português e</b>	3.855 horas	09 semestres no período matutino	120	Cerro Largo (30 vagas) Chapecó (60 vagas)

<b>Espanhol</b>		10 semestres no período noturno		Realeza (30 vagas)
-----------------	--	---------------------------------	--	--------------------

Fonte: UFFS (2012, p.60).

Desta forma, ampliando a oferta dos Cursos de Licenciatura, busca-se combater a escassez de professores com formação específica de nível superior, na sua área de atuação e atingir a meta traçada pelo PNE 2011-2020, a fim de alcançar 100% dos docentes com ensino superior completo no ano de 2020, sendo que, no ano de elaboração deste Plano, o índice é de 68% de docentes com ensino superior completo na sua área de atuação (BRASIL, 2010, p. 88-89).

Com a Licenciatura, além da sua formação plena, tem-se o objetivo de preparar o estudante para a transmissão do conhecimento, para uma formação qualificada e por não ter que se deslocar para obter sua Graduação, pode representar a permanência deste profissional na Mesorregião Grande Fronteira do MERCOSUL, ofertando novos docentes na educação básica, proporcionando educação com qualidade.

Consustanciada por seus objetivos e metas, comprometida com a formação técnica e ética de cidadãos e com o desenvolvimento sustentável e solidário da Mesorregião Grande Fronteira do MERCOSUL, a UFFS busca ser referência no combate às desigualdades sociais, proporcionando condições de acesso e permanência no ensino superior, não esquecendo das suas origens, ou seja, do seu retorno a uma agricultura familiar estruturada e dinamizada, visando o desenvolvimento da matriz produtiva regional (ALMEIDA JÚNIOR; TOSTA, 2011, p.30).

## 5 Avaliação da Política Pública implementada

A UFFS foi criada pela Lei Nº de 15 de setembro de 2009, portanto, é uma Instituição de Ensino Superior Federal nova, comparada às demais universidades geridas pelo Governo Federal. Mesmo assim, no ano de 2013, foi ofertado para a Mesorregião Grande Fronteira do MERCOSUL, o montante de 2.213 vagas de cursos de graduação nas Modalidades de Licenciatura e Bacharelado.

Agregado aos cursos de graduação, a UFFS oferta ensino em nível de Pós-Graduação nas modalidades *Lato-Sensu* e *Stricto Sensu*, sendo os da primeira modalidade em: **Epistemologia e Metafísica**, Produção de Leite Agroecológico, Desenvolvimento Rural Sustentável e Agricultura Familiar, Teorias Linguísticas Contemporâneas, Ensino de Língua e Literatura, Ensino de Ciências e

Matemática, Interdisciplinaridade e Práticas Pedagógicas na Educação Básica, História Regional, Literaturas do Cone Sul, Saúde Coletiva, História da Ciência, Processos Pedagógicos da Educação Básica, Orientação Educacional, Educação Integral. Enquanto que, na modalidade *Stricto Sensu*, no ano de 2013, foram ofertados dois programas em nível de Mestrado-Acadêmico: o Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos e o Programa de Pós-Graduação em Mestrado em Educação.

Além da capacidade de transformar alunos em profissionais com nível superior, fomentando o desenvolvimento mesorregional e agindo no estímulo de ascensão social, a UFFS, investe em projetos de pesquisa e de extensão, agregando um componente intangível na capacidade de diversificação do conhecimento, o que poderá em médio prazo, impactar nos rumos para o incremento social.

Conforme o SIC (2013), o orçamento destinando a projetos de pesquisa, representa algo em torno de R\$ 1.312.000,00 (um milhão e trezentos e doze mil reais), sendo que, R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para fomento, R\$ 768.000,00 (setecentos e sessenta e oito mil reais) em bolsas de iniciação científica e R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais) para auxílio a eventos discentes. Enquanto que para os projetos de extensão, o orçamento do ano de 2013, representa em torno de R\$ 1.131.604,00 (um milhão, cento e trinta e um mil e seiscentos e quatro reais), destinados nas áreas temáticas de comunicação, cultura, direitos humanos, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção e trabalho.

Para ofertar esta diversidade de cursos de graduação e pós-graduação e abrigar a comunidade acadêmica, até o ano de 2013, foi investido em infraestrutura o montante R\$ 140.226.903,84 (cento e quarenta milhões, duzentos e vinte seis mil, novecentos e três reais e oitenta e quatro centavos), dividido por cidade contemplada com *Campus* (veja o Quadro 3):

Quadro 3 – Investimento Financeiro em Infraestrutura

CAMPUS	VALOR (R\$)
Chapecó	42.897.010,57
Erechim	22.177.186,27
Cerro Largo	23.351.191,50
Laranjeiras do Sul	27.209.627,43
Realeza	24.591.888,07
<b>TOTAL</b>	<b>140.226.903,84</b>

Fonte: Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), 2013.

O total destes recursos visa assegurar a adequação física para o funcionamento das atividades pedagógicas e administrativas, sendo assim, possibilita o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão.

Compondo esta estrutura organizativa, há uma equipe, entre Professores e Técnicos Administrativos Educacionais, especializados em diversas áreas de conhecimento, formada por 983 servidores, contratados através de concurso público, distribuídos entre a Reitoria e os 6 (seis) *Campi*. Por outro lado, o contingente de alunos no ano de 2013 é de 6.410 alunos, matriculados nos diversos cursos ofertados, sendo que, 93,70% dos alunos com vínculo na instituição são oriundos de escola pública. Há de considerar, que pelo motivo da evasão acadêmica, encontra-se um percentual de 24,60% das vagas ofertadas ociosas.

Com a implantação da UFFS se propôs uma mudança no processo de desenvolvimento local, uma mudança estrutural na Mesorregião Grande Fronteira do MERCOSUL, buscando manter e capacitar os seus jovens para tomarem decisões com propriedade, que melhor direcionaram os rumos desta sociedade.

A busca pela inclusão social pode ser afirmada, com o sistema diferenciado de cotas para o ingresso, beneficiando os alunos oriundos das escolas públicas, dando continuidade à formação da Rede Pública de Ensino Médio, agregado, as reservas de vagas para os autodeclarados pretos, pardos e indígenas e, a instituição de um programa de apoio financeiro e pedagógico ao estudante, com a criação de bolsas e auxílios, procurando diminuir os índices de evasão e possibilitando ao estudante, uma maior dedicação às atividades acadêmicas.

Justifica-se assim, a seriedade da abrangência ao planejamento do ensino superior, devido a sua importância para o desenvolvimento da economia de uma nação, implicando em uma oportunidade de dinamização econômica e social, impulsionando um mecanismo de desenvolvimento endógeno, como processo de ampliação do bem-estar da população.

## **6 Considerações finais**

A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) foi estabelecida com a finalidade de abranger os 396 municípios da Mesorregião Grande Fronteira do MERCOSUL e a tríade missão de assegurar o acesso à educação superior como fator decisivo para o desenvolvimento mesorregional, a qualificação profissional e a inclusão social; desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão buscando a

interação e a integração das cidades e estados que compõem a mesorregião e seu entorno; e promover o desenvolvimento regional integrado — condição essencial para a tentativa de manter os cidadãos graduados na mesorregião e a reversão do processo que tem caracterizado a dinâmica que envolve pessoas em busca de estudo em muitas Instituições de Ensino Superior Federal (UFFS, 2013). Aliado ao fato, de ser uma universidade pública e popular, planejada através das inspirações dos movimentos sociais.

A escolha das cidades para implantação dos *Campi* não foi ao acaso. Partiu das reivindicações dos movimentos sociais locais, apontando as necessidades e as bases de sustentação e atendimento de exigências requeridas. O que concede a importância histórica à Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) de ser a primeira universidade pública federal nascida “de fora para dentro” ou “debaixo para cima”, levando em consideração os interesses da sociedade (TREVISOL; CORDEIRO; HASS, 2011, p.31).

Esta ampliação da oferta de ensino superior beneficiou diretamente os cidadãos da Mesorregião Grande Fronteira do MERCOSUL. Mesorregião concebida pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), sob critérios do Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais (PROMESO), neste caso específico através do Fórum de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião da Grande Fronteira do MERCOSUL.

Assim sendo, na sua concepção e etapas iniciais de uma política pública, cujo objetivo basilar é a contribuição para a transformação de uma região do país, apresenta-se como uma realidade uma vez que a demanda pelo ensino superior foi atendida e pesquisa e extensão estão sendo desenvolvidas. Os resultados da implantação desta Instituição de ensino superior são perceptíveis, porém seus impactos, pela precocidade da intervenção, ainda não podem ser mensurados, pois as primeiras turmas não foram formadas. Contudo, a Instituição foi implantada, está em desenvolvimento, possui sedes, corpo diretivo, administrativo, pedagógico e de ensino, pesquisa e extensão. E, a sociedade, como usuária e público alvo, beneficia-se de sua presença. Recursos são transferidos e investidos, continuamente, assim como uma gama significativa de jovens, que, seguramente, estariam excluídos do processo universitário federal, já frequentam as salas de aula, em cursos ofertados de acordo com as demandas e características peculiares de cada região, proporcionando um maior empoderamento local.

A expectativa acerca do desenvolvimento regional sustentável que recai sobre os resultados gerados pela implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) é extremamente grande, pois a sua implantação foi reivindicada pela sociedade. Assim como, todo um acumulado histórico de desigualdades perante o desenvolvimento desta mesorregião em relação a outras que obtiveram recursos anteriormente passam a se fazer presentes nas reivindicações populares. Diante dos fatores

históricos que compreenderam a colonização da Mesorregião Grande Fronteira do MERCOSUL e sua trajetória de desenvolvimento até os dias atuais, podem-se aglutinar as diversas vicissitudes pelas quais passou toda a população compreendida, as perspectivas de novas conjunturas para o desenvolvimento, proporcionadas pela implantação de uma Universidade Federal, bem como, os novos desafios que a Instituição terá de cumprir nesta região.

A estruturação da nova universidade em 6 (seis) *Campi*, distribuídos pela Mesorregião Grande Fronteira do MERCOSUL busca atender a meta de oferta e presença da Educação Superior Pública Federal nesta Mesorregião. Possibilitando uma alternativa transformadora e propulsora no processo de desenvolvimento, com atendimento de algumas das demandas buscadas por sua comunidade, no sentimento individual e de sociedade organizada, assim como a possibilidade de fixação no território daquela parte da sua população que viesse a buscar qualificação superior noutras localidades; do aumento do pertencimento; melhoria dos índices de satisfação coletiva; perspectiva de crescimento dos indicadores de desenvolvimento humano. Sendo assim, a universidade como um dos elementos indutores de um processo de desenvolvimento para o aumento da especialização produtiva, traz uma alternativa local ao processo de mudança nas dinâmicas regionais, possibilitando maior interação e empoderamento do capital social, transferência do conhecimento e oportunidade inovadora intracomunidade.

Em resumo, a descentralização de funções do Estado e a visibilidade alcançada por certas dinâmicas produtivas localizadas contribuíram para outorgar ao nível local uma considerável expressão na abordagem do desenvolvimento. Esses vetores mostram-se interdependentes: a descentralização é encorajada pelos resultados em nível de aglomerado – se o dinamismo emerge de atributos principalmente locais, é o plano territorial de intervenção que deve ser priorizado –, e a performance localizada revela-se estimulada por ações públicas voltadas às necessidades do tecido produtivo local (LINS, 2007, p.9).

O capital social que se baseia em instituições e relacionamentos compartilhados fomenta a cooperação entre diferentes grupos sociais, passando a ser utilizado como um recurso em favor do desenvolvimento e da inclusão social (MATELETO; SILVA, 2004, p.44).

A escolha das sedes e alocação dos cursos de licenciamento e graduação atende a demanda de cada entorno, como também, preserva e valoriza a vocação natural e necessidades de cada base territorial. Assegurando, deste modo, a perspectiva da utilidade e da contribuição positiva, como serviço público, aos diversos alvos e segmentos que compõem o estrato humano, social e econômico do campo de abrangência. A implementação executada, que vai diretamente, com a perspectiva de alcance dos melhores resultados, ao atendimento das expectativas iniciais dos setores envolvidos, faz parte da política pública de educação superior, presente no nascimento e implantação desta Universidade – a priorização do aluno egresso da escola pública e adoção de políticas afirmativas.

A trajetória de implementação desta política pública resgata um contingente significativo de alunos, que são os diretamente beneficiados, pois sem essa presença, estariam alijados do acesso ao Ensino Superior Público Federal, com suas características fundamentais de gratuidade e qualidade, consonantes com as aspirações do público alvo e responsabilidade das administrações públicas. Isto, aliado à criação de cursos com a atenção voltada às necessidades e o mercado regional, enfatizam a certeza da presença necessária, útil e contributiva para minimizar desigualdades e desequilíbrios históricos, acrescentando a perspectiva de crescimento e melhoria dos índices de desenvolvimento, sem abandono dos valores característicos e preservação do pertencimento local.

A pesquisa e a extensão, como ferramentas para o funcionamento de uma universidade, oportuniza que uma Instituição de Ensino Superior interaja com os segmentos sociais, forjando novas mentalidades e mudanças de atuação, não só no sistema interno, como em todos os campos da atividade Mesorregional, gerando novas visões e práticas, consubstanciadas no conhecimento e nas experiências transferidas para as mais diversas atividades, em benefício da sociedade como um todo. Desta forma, criam-se alternativas viáveis para o processo de desenvolvimento, possibilitadas pela implantação de uma instituição com essas características na Mesorregião Grande Fronteira do MERCOSUL.

Silva Filho e Carvalho (2001, p.471) afirmam que para existir o crescimento é necessária que haja inovação tecnológica endógena, capital humano, política governamental, agregado, ao papel fundamental da sociedade civil organizada. Este somatório de premissas vem ao encontro da política pública implementada de expansão das Instituições de Ensino Superior, visando a modificação dos cenários de cada região contemplada.

Este estudo buscou analisar os processos de implantação de uma Instituição de Ensino Superior Federal, pública e gratuita, analisando os fatores desencadeadores e legais que possibilitaram a reivindicação, por parte da comunidade local e dos movimentos sociais organizados. Desta forma, especificamente, também se verificou a legislação que possibilitou a implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), assim como, avaliou-se a política pública implementada, a caracterização da Mesorregião Grande Fronteira do MERCOSUL, os agentes envolvidos no processo de reivindicação da Universidade e o empoderamento dos atores em função desta nova Instituição de Ensino Superior.

Sendo assim, sugere-se que estudos futuros possam aprofundar a temática em torno, como por exemplo, das consequências a partir das perspectivas das primeiras turmas formadas, em virtude da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) não ter formado a sua primeira turma de alunos, o que impossibilita traçar o perfil do egresso e o índice de permanência, dos novos profissionais com nível superior, na Mesorregião Grande Fronteira do MERCOSUL. Esta política pública, até o momento,

sinaliza que está alcançando os objetivos propostos, entretanto, sugere-se que seja abordada, no futuro, a constituição do programa de expansão das universidades federais e os impactados na Mesorregião Grande Fronteira do MERCOSUL.

## 7 BIBLIOGRAFIA CITADA

ALMEIDA JÚNIOR, Vicente de Paula; TOSTA, Kelly Cristina Benetti. **Universidade pública, democrática e popular: os desafios da implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul**. In: **Rev. GUAL.**, Florianópolis, Edição Especial, p. 25-36, 2011.

BENINCÁ, Dirceu. **Universidade e suas fronteiras**. São Paulo: Outras expressões, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**.1988

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Diário Oficial da União, 1996.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá providências**. Brasília: Diário Oficial da União, 2001.

\_\_\_\_\_. Decreto Presidencial nº 6.096, de 24 de abril de 2007. **Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI**. Brasília: Diário Oficial da União, 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **O Plano de desenvolvimento da educação: razões, princípios e programas**. Brasília, 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério da Integração Nacional. **Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais: PROMESO**. Brasília, 2009.

\_\_\_\_\_.Lei nº 12.029, de 15 de setembro de 2009. **Institui a Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS**. Brasília: Diário Oficial da União, 2009.

\_\_\_\_\_.Ministério da Educação. **Plano Nacional da Educação - 2011-2020: Metas e Estratégias**. Brasília, 2010.

\_\_\_\_\_. Decreto Presidencial nº 7.724, de 16 de maio de 2012. **Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Brasília: Diário Oficial da União, 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Universidade Federal da Fronteira Sul: Projeto do Campus Passo Fundo – RS, Projeto Pedagógico do Curso de Medicina.** Chapecó, 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Integração Nacional. **Secretaria de Programas Regionais.** Disponível em: <<[http://www.mi.gov.br/programas/programasregionais/index.asp?area=spr\\_mes\\_frenteira](http://www.mi.gov.br/programas/programasregionais/index.asp?area=spr_mes_frenteira)>>. Acesso em jan. 2013.

**COSTA, Alexandre Marino Costa. et al. Aspectos da reestruturação das universidades federais por meio do REUNI – um estudo do Estado de Santa Catarina. In: Revista GUAL., Edição Especial, p. 01-24, 2011.**

FELICETTI, Vera Lucia; MOROSINI, Marília Costa. Equidade e iniquidade no ensino superior: uma reflexão. In: **Revista Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, Rio de Janeiro, V. 17, n.62, p. 9-24, jan./mar. 2009.

FITZSIMMONS, James; FITZSIMMONS, Mona. **Administração de serviços: Operações, estratégia e tecnologia da informação.** Porto Alegre: Bookman, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Teoria geral das concessões de serviço público.** São Paulo: Dialética, 2003.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **O ensino universitário e o desenvolvimento sustentável.** Curitiba: UFPR, 2006.

LOSS, Adriana Salete; KRATOCHVIL, Cláudia Finger. **Universidade Popular: um sonho possível de ser concretização.** São Paulo: Uninove, 2012.

MESOMERCOSUL. **Federalismo, Cooperativismo e Organização Social para o desenvolvimento.** 2013. Disponível em: <<http://www.mesomercosul.org.br/>>. Acesso em 23 mai. 2013.

REUNI, **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.** Disponível em: <[http://reuni.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=100&Itemid=81](http://reuni.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=100&Itemid=81)>. Acesso em 20 mai. 2013.

SOLDI, Valdir. et al. **Projeto: Universidade Federal da Mesomercosul.** Florianópolis: UFSC, 2007.

TREVISOL, Joviles Vitorio; CORDEIRO, Maria Helena; HASS, Mônica. **Construindo agendas e definindo rumos: I Conferência de ensino, pesquisa e extensão da UFFS.** Chapecó: UFFS, 2011.

UFFS. Universidade Federal da Fronteira Sul. **Estatuto**. Ofício nº 56/DESup/SESu/MEC/2010. Chapecó: UFFS, 2010.

\_\_\_\_\_. Universidade Federal da Fronteira Sul. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Ciência da Computação**: Bacharelado. Chapecó: UFFS, 2010.

\_\_\_\_\_. Universidade Federal da Fronteira Sul. **Processo seletivo**. Disponível em <[http://www.uffs.edu.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=150&Itemid=22](http://www.uffs.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=150&Itemid=22)>. Acesso em 11 jun. 2012.

\_\_\_\_\_. Universidade Federal da Fronteira Sul. **Versão Preliminar do Plano de Desenvolvimento Institucional: PDI 2012 – 2016**. Chapecó: UFFS, 2012.